Item: 28

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

INFORMAÇÃO Nº 29 /2014-DPG
Ref.: Processo nº 23102.001237/2010-45
Assunto: Reestruturação do curso de Especialização em Gestão de Organização Pública em Saúde.

Encaminho a V.Sª para envio ao Magnífico Reitor para apreciação e, se de acordo, encaminhamento ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para homologação.

Relaciono o material a ser enviado aos senhores Conselheiros:

- Projeto do Curso – fls.14-53;
- Resolução de criação do curso – fls. 106;
- Informação CEAD nº 002/2014 – fl. 118;
- Regulamento do Curso – fls. 122-131.

DPG, 09 de junho de 2014.

Prof. Dr. Paulo Cavalcante de Oliveira Junior
Diretor de Pós-Graduação

INFORMAÇÃO Nº 105 /2014-PROPG
Ref.: Processo nº 23102.001237/2010-45
Assunto: Reestruturação do curso de Especialização em Gestão de Organização Pública em Saúde.

Conforme despacho supra, encaminho à Vossa Magnificência para apreciação, s.m.j., e se de acordo, envio, ao CONSEPE para homologação.

PROPG, 09 de junho de 2014.

Ricardo Silva Cardoso
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

De acordo.

À Secretária dos Conselhos Superiores para as providências necessárias.

GR, 09 de junho de 2014.

Luiz Pedro San Gil Jutuca
Reitor

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
MINUTA PROPG

RESOLUÇÃO Nº XXXXX, XXX DE XXXXXX DE 2014.

Dispõe sobre a reestruturação do curso de Especialização em Gestão de Organização Pública em Saúde (modalidade à distância), do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em sessão realizada no dia xxx de 2014, de acordo com o teor do Processo nº 23102.001237/2010-45, que aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – Fica aprovada a reestruturação do curso de Especialização Gestão de Organização Pública em Saúde (modalidade à distância),. do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação no Boletim da UNIRIO.

Luiz Pedro San Gil Jutuca
Reitor

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO

UNIRIO Fls. 14 SCP

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

Gestão de Organização Pública de Saúde

I - Sobre o Curso proposto:

1.1. Denominação e Natureza do curso:

[x] Especialização

[ ] MBA

1.2. Modalidade:

[ ] Presencial

[ ] Semipresencial

[x] A distancia

2. Unidade proponente:

2.1. Escola

Departamento: Departamento de Estratégia de Gestão

Endereço: Av. Voluntários da Pátria, 107

Telefone/Fax: 2286-2274

Escola: Escola de Ciências Jurídicas

Centro: Centro de Ciências Jurídicas e Políticas

Coordenador do curso: Edson Ferreira Liberal

Telefone: 21. 9887 5872

E-mail: liberal@rio.com.br

2.2. Apresentação do Departamento proponente

UNIRIO
Fls.
15
SCP

O Departamento de Estratégia de Gestão ligado ao CCJP, criado em 2009, pelo Conselho Universitário possui as funções integradoras e suplementares das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. Basicamente atua na área de ensino e começa a estruturar os projetos de pesquisas e de pós-graduação, contribuindo com as atividades acadêmicas do Curso de Administração Pública.

2.3. Grande área de conhecimento do curso — vide área

. Sub-área de conhecimento de curso Conforme Tabela CAPES

60202009 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

3. Justificativa para oferta do curso (curso graduação) UAB

A importância do Curso fundamenta-se na necessidade de qualificar ainda mais o profissional de Gestão de Organização Pública de Saúde e, por decorrência, a melhoria técnica da Administração Pública. Há uma demanda social crescente pela melhoria dos serviços públicos que se faz pela melhoria da qualidade dos agentes administrativos, razão e propósito desse Curso de Especialização em Gestão de Organização Pública de Saúde.

O intuito do Curso está em fortalecer a área de Administração Pública em nível de pós-graduação, para isso privilegia à reflexão teórica e genérica sobre a gestão municipal, mediante pesquisa aplicada, com vista: a) produção da monografia; b) produção de artigos para revistas especializadas ou publicação eletrônica.

O Curso permite ao agente administrativo a renovação do pensar e do agir na sua unidade de trabalho, como instrumento indispensável do retorno a realidade social, desta forma a Escola de Administração cumpre seu papel ao institucionalizar a pesquisa em Administração Pública, nesse caso, por meio da nova experiência de educação a distância.

UNIRIO
Fls.
16
SCP

3.1. Objetivos:

O curso têm por objetivo a qualificação de pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais e do Magistério Superior. Especificamente, pretende:

♋ Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;

♌ Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;

♍ Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal;

♎ Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

4. Caracterização do curso:

a) Período de Realização

Início da oferta de disciplina: _01__/_10__/_2010___
Término de disciplina: _01___/_10__/__2011__

b) Prazo máximo de entrega de monografia ou trabalho final (cf. Regimento geral): _01__/__10__/_2011___

c) Carga Horária:

Teórica: [x] _420__ [ ] Prática _____
Teórico-Prático: [ ]_____ Total:_420_____

UNIRIO Fls. 17 SCP

d) Local e horário de aula: A distância – Encontros presenciais acontecem nos pólos regionais da universidade Aberta do Brasil.

e) Número de vagas: 550

f) Clientela-alvo (x) Docentes (x) Profissionais

4.1. Estudo prévio de demanda:

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é conseqüência de uma serie de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Especialização em Gestão Pública é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizado ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito critico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta "personalidade dinâmica e flexível" – traço essencial na garantia de um *bom* desempenho do profissional da gestão – é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma "visão estratégica dos negócios

UNIRIO Fls. 98 SCP

públicos", o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Deste modo, independente dos conhecimentos "comportamentais" e "de contexto", exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus "recursos" humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

No campo organizacional e de seus recursos espera-se que o Gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Na área de estudos governamentais, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da "coisa pública" de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

4.2.Disciplinas

UNIRIO
Fls.
19
SCP

Disciplina 1	Estado, governo e mercado

I – Objetivo

Essa disciplina enfoca as complexas relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas. Partindo das duas matrizes teóricas que explicam as relações entre Estado e sociedade no sistema capitalista – a liberal e a marxista – a disciplina analisa criticamente as diversas interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as sempre tensas e dinâmicas relações entre Estado, governo e mercado.

II – Ementa – Fatos Geradores

Os atores envolvidos na esfera pública, sejam elas governantes, funcionários, fornecedores, clientes, beneficiários, usuários de serviços públicos ou agentes objetos da regulação estatal movem-se e posicionam-se no espaço público orientados por uma ou mais concepções teóricas concorrentes sobre as relações entre Estado, governo e mercado nas modernas sociedades capitalistas. Por essa razão, é fundamental aos gestores públicos, em exercício ou em formação – independentemente da esfera de governo em que atuem ou venham a atuar – conhecer os diferentes fundamentos e lógicas que orientam a ação dos agentes envolvidos (*stakeholders*).

III – Ementas - Tópicos

1. Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas (Przworsky, 1995) e liberais (Sartori, 1997).

UNIRIO
Fls. 20
SCP

2. Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo (Bobbio, 1983; Guiddens, 1996; Anderson, 1996).

IV – Bibliografia Básica

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (org.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BOBBIO, Norberto. Qual socialismo? São Paulo: Paz e Terra, 1983. "Quais as alternativas à democracia representativa? p. 55-74.

GUIDDENS, Anthony. Para além de esquerda e direita. São Paulo: UNESP, 1996. Introdução p. 9 -30.

HAM, Cristopher; HILL Michael. O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91).

O'DONNELL, G. Anotações para uma teoria do Estado. In: Revista de Cultura e Política, n°4, 1981.

OSZLAK, O. Estado y sociedad:¿nuevas reglas de juego? Reforma Y Democracia: Revista del CLAD. N.9 (Oct. 1997), p. 7-61

PRZWORSKY, Adam. Estado e economia no capitalismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Parte 3, "O governo do capital" - p. 87-115.

SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada. São Paulo: Ática, 1997. Cap. 6, "A democracia vertical", p.181-245.

UNIRIO
Fls. 24
SCP

V – Bibliografia Complementar

BOBBIO, Norberto & BOVERO, Michelangelo. Sociedade e Estado na filosofia política moderna. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHL, Robert. Um prefácio à teoria democrática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. Cap. 3 - A democracia poliárquica.

GIDDENS, Anthony. O Mundo na Era da Globalização. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

SANTOS, Wanderley G. Ordem burguesa e liberalismo político. São Paulo: Duas Cidades, 1978. "A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa", pp.67-117.

SARTORI, Giovanni. Teoria democrática. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965. Cap. XV, "Liberalismo e democracia", p. 366-393.

SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Rio de Janeiro, LCT, 1998.

WEFFORT, Francisco. Qual democracia? São Paulo: Cia das Letras, 1992. Cap. 7, "Democracia e socialismo", p.141-165.

WEFFORT, Francisco. Marx: política e revolução. In: WEFFORT, F. (Org.) Os clássicos da política. Vol. 2. 6ª ed. São Paulo: Ática,. 1996. p. 225-277.

UNIRIO
Fls.
22
SCP

Disciplina 2	O Público e o Privado na Gestão Pública

I – Objetivo

Essa disciplina tem por objetivo delimitar com clareza para o aluno as diferenças entre a esfera privada, que é âmbito de atuação por excelência do administrador de empresas, e a esfera pública, na qual se situa a Administração pública e age o gestor público.

II – Ementa – Fatos Geradores

Tradicionalmente, os poucos cursos de administração pública oferecidos no país partem do núcleo duro das teorias e disciplinas que compõem os currículos de administração de empresas, a ele acrescentando alguns outros temas e matérias mais diretamente ligados à gestão dos negócios públicos pelo Estado. Esse ponto de partida deixa de pôr suficientemente em relevo a diferença fundamental entre a esfera pública e a privada, da qual derivam todas as demais diferenças teleológicas, organizacionais e funcionais existentes entre as organizações do Estado e as da sociedade civil, sejam elas empresas, sindicatos e associações com ou sem fins lucrativos. Por ser essencial ao gestor público ter absoluta clareza dessa diferença, de forma a poder exercer adequadamente as suas funções e atribuições com as quais ele se encontra investido na qualidade de servidor público, é que esta disciplina foi inserida no módulo básico deste curso. Da precisa separação entre esfera pública e esfera privada, que remonta ao Direto Romano, mas que só recentemente adquiriu os seus contornos mais definidos nas sociedades contemporâneas do Ocidente, é que decorrem todas as demais diferenciações relevantes para o agente público: de um Direito Público e de um Direito Privado; a separação entre Estado e sociedade civil; a delimitação dos poderes dos governantes em relação ao conjunto do Estado e aos cidadãos.

III – Ementas – Tópicos

UNIRIO
Fls. 23
SCP

1. A dicotomia público-privado; a primazia do público sobre o privado; as fronteiras entre o público e o privado; as prerrogativas do Estado sobre os agentes privados; os direitos do cidadão e os deveres do estado; interesses privados e interesses coletivos; Instituição e organização; organizações públicas e organizações privadas.

2. O servidor como agente da ação do Estado; os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura; as prerrogativas do estado e as garantias do servidor; regime estatutário e regime contratual; vínculo estatutário e vínculo empregatício; cargo público e emprego no setor privado; A ética profissional do servidor público.

3. Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; poderes e deveres do administrador público; dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas; poder disciplinar, poder de polícia, poder discricionário.

4. As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades.

5. Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais; reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços; a defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais; Novos princípios de gestão pública: planejamento participativo; democratização do Estado; promoção da cidadania. a nova orientação estratégica de governo federal: inclusão social e redução das desigualdades; crescimento econômico com geração de emprego e renda; promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

IV – Bibliografia Básica

Fls. 24
SCP

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, "A grande dicotomia: público/privado", p. 13-31.

CARVALHO, Iuri M. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução. In: Revista Diálogo Jurídico, nº 16, Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincípiodaSupremacia_ULTIMAVERSÂO.pdf>

MEIRELLES, Helly Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 14ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito. Direitonet, 2005. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/23/2023/>

PÓ, Marcos V. & ABRUCIO, Fernando L. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças. In: RAP, nº 40 vol. 4, jul/ago 2006. p. 679-98.

V – Bibliografia Complementar

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. Brasília: Ed. UnB. 1986.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 3, " Estado, poder e governo", p. 53-133.

BORÓN, A. Las 'reformas del estado' en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática". In: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.

UNIRIO
Fls.
95
SCP

BRESSER PEREIRA, L. A reforma do Estado nos anos 90: lógicas e mecanismos de controle. Brasília: Mare, 1997.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial, Revista do Serviço Público. Brasília: ENAP. Volume 120, n. 1, jan-abr, 1996.

DINIZ, Paulo. Responsabilidade Social Empresarial e Sociedade Política: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, Uberlândia, 2007. Capítulos 1 e 2. Disponível em: http://www.cadtm.org/IMG/pdf/031227boron.pdf

FIORI, José Luis. Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

HARVEY, D. (2006) "Neoliberalismo como destruição criativa". InterfacEHS Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. Disponível em:

HOBBES, Thomas. Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. Do Espírito das Leis. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

PAES DE PAULA, Ana. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. In: RAE, FGV, Volume 45 - Número 1 – Jan/Mar 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In: República do capital – capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo, Bomtempo, 1998.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva. 3ª ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

Disciplina 3	Desenvolvimento e mudanças no Estado brasileiro

I – Objetivo

Essa disciplina tem por objeto levar o aluno a compreender como o Estado e a sociedade foram se modificando e desenvolvendo no Brasil, a partir da Primeira República, até chegar à conformação em que se encontram atualmente.

II – Ementa – Fatos Geradores

A adequada compreensão de longos e complexos processos de transformação social, como os experimentados pelo Brasil desde a proclamação da República até os dias de hoje, repousa sobre um conjunto variado de saberes produzidos por diferentes disciplinas, como a história, a sociologia, a economia, a administração, o direito e a ciência política. Para que esses vários conhecimentos possam ser devidamente associados e adequadamente assimilados, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva interdisciplinar e histórica afim de costurá-los com a linha do tempo. Assim, interdisciplinaridade e contextualização histórica são os eixos fundamentais que devem orientar o desenvolvimento desta disciplina.

III – Ementa – Tópicos

Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-administrativas no Brasil: Da República oligárquica à República democrática do Século XXI .

UNIRIO
Fls.
27
SCP

1. Federalismo e governo de elites na primeira República (Abrúcio, 1998, cap 1; Bresser-Pereira, 2001);

2. Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas (1930-1945) (Souza, 1976, cap. IV; Santos, 1979, cap.4);

3. Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República (1946-1964) (Souza, 1976, cap. V; Lessa, 1983, Soares, 1973);

4. Autoritarismo e redemocratização (Abrúcio, 1998, cap. 2; Bresser-Pereira, 2001; Santos, 1979, cap.5, Reis, 1978, Diniz, 1997).

IV – Bibliografia Básica

ABRUCIO, Fernando L. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998. Cap. 2, "A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores", p.59-108.

BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilheim e Sachs (Org.). Brasil: Um Século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-259.

DINIZ, E. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, E.; AZEVEDO, S. (Org.). Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: UnB, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-1994. In: DADOS, vol. 38, nº3, 1995.

LESSA, Carlos. Quinze anos de política econômica. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARTINS, Luciano. Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

UNIRIO
Fls. 28
SCP

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista.

SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap I e II, p.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Sociedade e política no Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria C. C. Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. Cap. IV, "Os mecanismo da centralização" p. 83-104.

V – Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Maria H. T. Federalismo e políticas sociais. In: Rev. bras. Ci. Soc, 1995, vol.10, nº.28, p. 88-108.

FLEURY, Maria T. Leme, FISCHER, Rosa M. Cultura e poder nas organizações. São Paulo: Atlas, 1997.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: Revista de Cultura e Política, 2006, vol., n. 69.

LAMOUNIER, B. e SOUZA, A. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: Dados, v.34, n.3, 1991, p.311-348.

LAVINAS, Lena; MAGINA, Manoel A.; COUTO E SILVA, Mônica. Federalismo e Regionalização dos Recursos Públicos. Rio de Janeiro : IPEA, 1995. [Textos para discussão No 369].

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: DIFEL, 1975. Tomo III - O Brasil Republicano, Livro 1, 1975. Cap. 3.

REIS, Fábio Wanderley (Org.). Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). Governabilidade, sistema político e violência urbana. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

Disciplina 4	Políticas Públicas

I – Objetivo

A disciplina apresenta esses dois enfoques do estudo das Políticas Públicas, mostrando como se deu a sua gênese e desenvolvimento, estabelecendo suas diferenças em termos de objeto, metodologia, viés ideológico, e explicitando as razões que fazem com que o Enfoque da Análise de Políticas seja mais adequado aos propósitos da Gestão Pública. Seu objetivo central é capacitar o aluno a perceber as duas faces da Política Pública: a de planejamento aparentemente racional e neutro realizado pelo Estado (*policy*) e a de resultante de ações dos atores políticos visando à defesa dos seus interesses e valores (*politics*). Para tanto, se apóia no estudo do ciclo da política ou do processo de elaboração da política pública, entendido como o conjunto dos momentos de formulação, implementação e avaliação, através de utilização de conceitos como conflito aberto, encoberto e latente, não-tomada de decisão, modelo cognitivo, política simbólica.

III – Ementa Tópicos

1. A análise de políticas públicas e seus problemas;

2. As mudanças na legislação e nas instituições de políticas sociais no Brasil;Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Estudos das novas responsabilidades e novas posturas que os governos municipais vêm assumindo quanto às políticas públicas. Estudo das experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular. Articulação e implementação nas dimensões locais

UNIRIO Fls. 30 SCP

e globais e os alcances e limites dos governos municipais. Controle e Avaliação das Políticas Públicas.

IV – Bibliografia Básica

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: Rev. bras. Ci. Soc., Jun. 1999, vol.14, nº.40, p.111-141.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: Revista do Serviço Público, nº. 2, abr-jun 1998.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes, 1999.

DEMO, Pedro. Política Social, Educação e Cidadania. Campinas: Papirus, 1996.

DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. In: Revista do Serviço Público, nº. 1, jan-mar 2001.

DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano. Lua Nova, nº. 31, 1993, p. 5-46.

DRAIBE, Sônia Miriam. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. In: São Paulo em Perspectiva. Vol. 11, nº. 4, out-dez 1997, p. 3-15.

DUNN, William N. Public Policy Analysis: An Introduction. 3rd. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.

DYE, Thomas R. Understanding Public Policy. 11th.ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.

UNIRIO Fls. 21 SCP

ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde. Lua Nova, nº. 40/41, 1997, p.193-215.

FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. In: Cadernos FUNDAP - Desafios da Gestão Pública Paulista. São Paulo: Fundap, set-dez, 1996, p. 59 –102.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: Revista Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, nº. 23, jun 2001.

LAURELL, Ana Cristina. Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina. Lua Nova, nº. 45, 1998, p. 187-204.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: Cadernos ENAP, nº.13, 1997, p. 79-112.

MELLO, Guiomar Namo. Políticas Públicas de Educação. In: Estudos Avançados (USP), vol.5, nº. 13, 1991, p. 7-47.

MENY, Ives e THOENIG, Jean-Claude. Las Políticas Públicas. Madrid: Ariel, 1992.

MESA LAGO, Carmelo. Desarrolo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del siglo XXI. In: Revista del CLAD: Reforma y Democracia. n. 15, outubro de 1999, p 7 – 70.

MILANI, Carlos R.S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. In: Sociologias, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 180-214.

MISHRA, Ramesh. O Estado-Providência na Sociedade Capitalista. Portugal: Celta Editora, 1995.

NUNES, Edson. A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático. Brasília: ENAP, 1997.

UNIRIO Fls. 32 SCP

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.

PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. Basic Methods of Policy Analysis and Planning. 2nd ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de Políticas Sociais. São Paulo: Cortez, 1999.

SAMPAIO Jr. Plínio de Arruda. O impasse da "formação nacional". In: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Wanderley G. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 1 "Teoria social e análise de políticas públicas", pp. 11-14, e cap. 2 "Legislação, instituições e recursos da política social brasileira", p. 15-44

SUBIRATS, Joan. Análisis de políticas públicas y eficácia de la Administración. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: Revista de Administração Pública, vol. 30, nº. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

V – Bibliografia Complementar

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas: uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: Revista de Sociologia e Política, v.17, n.15, nov, 2000.

UNIRIO Fls. 33 SCP

HAM, Cristopher; HILL Michael. O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp).

ROTH, André-Noël. Políticas Públicas: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

SANTOS, Wanderley G. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 4 "Teoria do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso", p. 71-82, e cap. 5 "Acumulação e eqüidade na ordem autoritária brasileira", p. 83-123.

Disciplina 5	Planejamento Estratégico Governamental

I – Ementa

Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

II – Bibliografia Básica

ALMEIDA Paulo R. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica, 2004 (Mimeo).

CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. In: Revista do Serviço Público, Ano 54, Número 1, jan-mar 2003.

ETKIN, Jorge. Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones. Buenos Aires, Prentice Hall, 2000.

UNIRIO
Fls.
34
SCP

FISCHMANN, Adalberto A. e ALMEIDA, Martinho I. R. de. Planejamento Estratégico na Prática. São Paulo: Atlas, 1995.

LIMA, Blanca Olias de (Coord). La Nueva Gestión Pública. Pearson Educación S. A. Madrid, 2001.

MATUS Carlos. Adeus Senhor Presidente: governantes governados, São Paulo: Fundap, 1996. p.19-70.

MATUS Carlos. O método PES. São Paulo: Fundap, 1995, pp.51-100.

MINTZEMBERG, Henry. Ascensão e Queda do Planejamento Estratégico. São Paulo, Bookman, 2004. p.183-256.

MINTZEMBERG, Henry. Safári de Estratégia. São Paulo: Bookman, 1999.

MINTZEMBERG, Henry; Jan Jorgensen. Uma estratégia Emergente para la Política Publica. In: Gestión y Política Pública, vol. IV, num. 1, México, primer semestre de 1995.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia, práticas. SP: Atlas, 1988

III – Bibliografia Complementar

MATUS, Carlos. Política planejamento e governo. Brasília: IPEA, 1996.

OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: RAP, Rio de Janeiro nº 40, v.1, Mar./Abr. 2006, pp.273-88.

Disciplina 6	O Estado e os problemas contemporâneos

UNIRIO
Fls: 35
SCP

I – Objetivo

O objetivo desta disciplina é, a partir da análise do contexto brasileiro atual, colocar em destaque problemas de natureza política, social e econômica cujo equacionamento não poderá ocorrer sem uma ativa participação do Estado; seja por intermédio de políticas públicas neles focalizadas, seja através da geração de um ambiente que permita um processo de negociação mais adequado entre os atores com eles envolvidos.

Uma questão a tratar é o processo que parece estar ocorrendo de crescente apropriação do público pelo privado. Esclarecer as características desse processo e evidenciar os procedimentos envolvidos, a partir da consideração desse tipo de problemas, é um dos objetivos da disciplina.

II – Ementa – Fatos Geradores

Problemas de cunho sócio-econômico como os relacionados à distribuição de renda e riqueza, à geração de trabalho e renda, à inclusão social, à realização de reformas, ao aumento da transparência e da participação popular, serão, muito provavelmente, priorizados. As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas, e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões.

III – Ementa– Tópicos

Tema com abrangência nacional, regional ou local definido pela Coordenação do Curso.

IV – Bibliografia Básica

A ser complementada de acordo com o tema definido pela Coordenação do Curso.

UNIRIO Fls. 36 SCP

KLIKSBERG, Bernardo. Falácias e mitos do desenvolvimento social. São paulo: Cortez ; Brasília : UNESCO, 2001. Cap. 3, "Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?", p.69-103.

ITUASSU Arthur & ALMEIDA Rodrigo (org.) O Brasil tem jeito? Vol.2: Educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

V – Bibliografia Complementar:

A ser complementada de acordo com o tema definido pela Coordenação do Curso.

INSTITUTO DNA BRASIL. 50 brasileiros param para pensar a vocação do país. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005.

Disciplina 7	Elaboração de Indicadores

I – Objetivo

Esta disciplina visa dotar os alunos de conhecimentos de natureza técnico-instrumental no âmbito da problemática da gestão estratégica, tática e operacional, com particular destaque para os elementos de recursos informacionais no contexto do desenvolvimento de sistemas de avaliação de desempenho mais eficazes.

II – Ementa – Fatos Geradores

UNIRIO
Fls: 32
SC

Nos últimos anos, o uso de indicadores no sistema de gestão dos órgãos públicos difundiu-se no Brasil. Os órgãos de controle dos diferentes Poderes, como as controladorias e tribunais de contas, passaram a avaliar o desempenho dos programas e dos órgãos públicos com base não apenas na legalidade dos atos, mas nos indicadores de desempenho estabelecidos. Toda uma metodologia de elaboração e avaliação de indicadores foi e continua sendo desenvolvida, no Brasil e no mundo, e a sua utilização tornou-se obrigatória.

III – Ementa– Tópicos:

1. Avaliações – tipologias, sistemas, processos e requisitos de recursos informacionais;
2. Indicadores – conceitos, critérios, classificações e utilização;
3. Processo de elaboração – gestão do ciclo de vida, análise custo-benefício da produção e utilização de indicadores.
4. Indicadores brasileiros – bases de dados.

IV – Bibliografia Básica

GASPARINI, Liz V. L. Análise das inter-relações de indicadores econômicos, ambientais e sociais para o desempenho sustentável: um instrumento de monitoramento da sustentabilidade organizacional. Florianópolis : UFSC, 2003.

JANNUZZI, Paulo. M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.

UNIRIO
Fls. 38
SCP

V – Bibliografia Complementar:

BOSCHILÉA, Emília C. Produção e utilização de indicadores: conceito e método. Curitiba: FGV-BSB, 1997.

CARDOSO, Regina L.S. Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público. São Paulo: CEPAM, 1999.

CARLEY, Michael. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

GUIMARÃES, José R.S.; JANNUZZI, Paulo M. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas. In: XIV Encontro de Estudos Populacionais. Minas Gerais: ABEP, 2005.

JANNUZZI, Paulo M. Estimação de demandas sociais para fins de formulação de políticas públicas municipais. In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 33.

MACHADO, Nelson. Sistema de informação de custo: diretrizes para integração ao orçamento público e à contabilidade governamental. Brasília: ENAP, 2005.

TAKASHINA, N; FLORES, M. Indicadores da qualidade e do desempenho: como estabelecer metas e medir resultados. Rio de Janeiro: Quality Mark, 1997.

TIRONI, L.F.; SILVA, L.C.E.; VIANA, S. M. et al. Critérios para a geração de indicadores de qualidade e produtividade no serviço público. Brasília: IPEA,/MEFP, 1991 [Texto para discussão nº238]

UNIRIO
Fls. 39
SCP

Ementas e Bibliografias do Módulo Gestão de Organização Pública de Saúde

Disciplina 01	Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do Sus

I – Objetivo

O objetivo é proporcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias para conhecer o contexto socioeconômico, cultural e político que conformam o campo da gestão em saúde no Brasil; atuar na construção de políticas sociais de caráter intersetorial, na perspectiva da promoção da saúde e estimular o fortalecimento do controle social em todas as instâncias de gestão dos sistemas de atenção à saúde.

II – Ementa

a. Políticas Públicas Sociais no Brasil e o papel da saúde;

b. Sistema único de Saúde: bases legais;

c. Federalismo, descentralização e relações intergovernamentais;

d. Financiamento do SUS;

e. Controle Social;

f. Intersetorialidade;

g. Perfil demográfico e epidemiológico brasileiro/tendências;

h. Avanços e desafios do SUS.

III – Bibliografia

UNIRIO Fls. 40 SCP

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários (CONASS). **O Financiamento da Saúde**. Brasília: CONASS, 2007. Disponível em http://www.conass.org.br.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). **Sistema Único de Saúde**. Brasília: CONASS, 2007. Disponível em http://www.conass.org.br.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei%208080.pdf

BRASIL. **Lei nº 8142, de 28 de dezembro de 1990.** http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei8142.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Mais Saúde: direito de todos: 2008 – 2011**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 106p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios)

BREILH J, GANDRA E. **Investigação da Saúde na Sociedade**. Guia Pedagógico sobre um novo enfoque do método epidemiológico. São Paulo: Instituto de Saúde/ABRASCO, 1986.

CAMPOS, G. W. S. Reflexões sobre o Sistema Único de Saúde: inovações e limites. In: **Revista do Serviço Público** (Brasília), v. esp., p. 123-132, 2007.

CAMPOS, GWS et all. **Tratado de Saúde Coletiva** (Parte IV, Política, Gestão e Atenção em Saúde). São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec/FIOCRUZ, 2006.

PAIM, JS. Descentralização das ações e serviços de saúde no Brasil e a renovação da proposta "Saúde para Todos". In: **Conferência Regional Tendências futuras e renovação da meta saúde para todos.** Rio de Janeiro: UERJ. 1998. Série de Estudos em Saúde Coletiva; n.175.

PAIM, JS. **Saúde, política e reforma sanitária**. CEPS Centro de Estudos e Projetos em Saúde. Salvador: Instituto de Saúde Coletiva-ISC. 2002.

ROUQUAYROL, MZ e ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia e Saúde**. Porto Alegre: MEDSI. 2006. 6 ed.

UNIRIO Fls. 04 SCP

Disciplina 02	Gestão da Vigilância à Saúde

I – Objetivo

O objetivo é proporcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias para saber avaliar as necessidades de saúde da população do território sanitário, utilizando-se dos sistemas de informações.

II – Ementa

i. Conceitos, definições básicas e medidas em epidemiologia, tipos de estudos e metodologia de investigação;

j. Conceitos básicos envolvidos na produção e utilização de informações

k. Sistema de Informação;

l. Base de dados Nacionais;

m. Análise de dados: demanda, oferta e atendimento;

n. Identificação e análise de risco;

o. Perfil demográfico e epidemiológico brasileiro/tendências;

p. Vigilância à saúde, promoção da saúde, prevenção dos fatores de risco;

q. Condições de saúde: necessidades e expectativas da população (análise de situação de saúde com participação da população);

r. Pacto pela Saúde Pacto de gestão fundamentos e seus instrumentos (Planejamento Regional, PDI, PDR, PPI, CGR).

UNIRIO Fls. 42 SCP

III – Bibliografia

BEAGLEHOLE,R.,et al. **Epidemiologia básica**. São Paulo: Ed. Santos, 2001.

BREILH J, GANDRA E. **Investigação da Saúde na Sociedade** – Guia Pedagógico sobre um novo enfoque do método epidemiológico. São Paulo: Instituto de Saúde/ABRASCO, 1986.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de egulação, Avaliação e Controle de Sistemas. **Diretrizes para a programação pactuada e integrada da assistência à saúde.** Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 148 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde, vol 5).

MEDRONHO, R.A. **Epidemiologia**. São Paulo. Editora Atheneu, 2006.

MORAES, I. H. S. ; VASCONCELLOS, M. M. . Política Nacional de Informação, Informática e Comunicação em Saúde: Um Pacto a ser Construído. In: **Saúde em Debate**, v. 29, p. 86-98, 2005.

MORAES, IHS. **Política, tecnologia e informação em saúde** – a utopia da emancipação. Salvador: ISC/UFBA. 2002.

REDE Interagencial de Informação para a Saúde. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 349 p.

Disciplina 03	Organização e funcionamento do SUS

I – Objetivo

O objetivo é proporcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias a desenhar e organizar redes de ações e serviços de saúde capazes de responder às necessidades sanitárias que se apresentam em

UNIRIO Fls. 43 SCP

diferentes escalas geográficas, utilizando-se de alguns dos instrumentos de gestão do SUS (planos, estratégias de pactuação, mecanismos de regulação de fluxos e sistemas de informação); compreender os princípios, regras de funcionamento e estratégias para articulação da gestão de sistemas e serviços de saúde.

II – Ementa

- O processo de planejamento e programação em saúde;
- Instrumento de planejamento no SUS;
- Recursos – levantamento de informações e análise de estrutura, processos e resultados; Articulação entre os pontos de atenção; A gestão de recursos; Recursos financeiros; Mecanismos de gestão compartilhada;
- Analise da capacidade institucional (capacidade instalada dos serviços; recursos humanos; suporte logístico; compromissos pactuados/estabelecidos, conselhos e colegiados);
- Redes de Atenção: Atenção Primária em Saúde; Atenção especializada; Política de Urgência e Emergência; Serviços de diagnóstico e terapia.

III – Bibliografia

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. In: **Política nacional de atenção básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, v. 4).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. In: **Diretrizes para a programação pactuada e integrada da assistência à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 148 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde, vol 5).

UNIRIO Fls. 44 SCP

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política nacional de promoção da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde, vol 7)

CAMPOS, FE; CHERCHIGLIA, ML; GIRARDI, SN. Gestão, profissões de saúde e controle social. In: **Cadernos da 11ª Conferência Nacional de Saúde**, Brasília-DF, p. 83-99, 2000.

CAMPOS, FE; PIERANTONI, CR; MACHADO, MH. Conferências de Saúde, o trabalho e os trabalhadores da saúde: a expectativa do debate. In: **Cadernos de RH Saúde**, v. 3, p. 9-12, 2006.

MORAES, I. H. S.; VASCONCELLOS, M. M. Política Nacional de Informação, Informática e Comunicação em Saúde: Um Pacto a ser Construído. In: **Saúde em Debate**, v. 29, p. 86-98, 2005.

MORAES, IHS. **Política, tecnologia e informação em saúde – a utopia da emancipação**. Salvador: ISC/UFBA. 2002.

PAIM, JS. Saúde da família: espaço de reflexão e de contra hegemonia. In: **Interface**; 2001. vol 5. n.9. 133-149.

REDE Interagencial de Informação para a Saúde. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações** / Rede Interagencial de Informação para a Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 349 p.

Disciplina 04	Gestão dos sistemas e serviços de saúde

I – Objetivo

O objetivo é proporcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias para identificar as ferramentas do planejamento e a programação

UNIRIO Fls. 45 SCP

regional e local adequadas às características do território e da situação na qual deverão ser aplicadas; distinguir, do ponto de vista do planejamento, os diferentes papéis que o gestor deverá desempenhar em função de sua inserção no sistema ou rede de saúde; reconhecer e avaliar as condições em que desenvolverá sua prática; utilizar dados e informações disponíveis para diagnosticar, planejar, priorizar e avaliar o andamento dos processos operacionais que sejam programados; fortalecer o controle social.

II – Ementa

5. Relações inter-federativas, o papel de entes federados e suas as responsabilidade sanitárias à luz do Pacto pela Saúde;

6. Consórcios públicos de saúde;

7. Gestão do trabalho e educação na saúde;

8. Financiamento e respectivos mecanismos de repasse do SUS;

9. Fundamentos e diretrizes da Regulação da atenção e Regulação do acesso;

10. Auditoria dos serviços e de gestão;

11. Desenvolvimento de atitudes gerenciais voltadas para a liderança, a negociação, a resolução de conflitos, a comunicação, e outros;

12. Reorganização da dinâmica de gestão do trabalho em equipe: adoção de espaços coletivos de singularização (inclusão das diferenças), construção de grupalidades e contratação de tarefas com co-responsabilização.

III – Bibliografia

BRASIL. Conselho Nacional de Secretarias de Saúde. **Para entender a gestão do SUS**. Brasília: CONASS. 2003. 248p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes para a implantação de Complexos**

UNIFIO Fls. 46 SCP

Reguladores. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 68p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, vol 6).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio a Descentralização. Coordenação Geral de apoio à Gestão Descentralizada. In: **Diretrizes Operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 76 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, vol. 1).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio a Descentralização. **Regulamento dos pactos pela vida e de gestão**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. xx p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, vol 2).

PIERANTONI, C. As reformas do Estado, da Saúde e Recursos Humanos: limites e possibilidades. In: **Ciência e Saúde Coletiva**, ABRASCO XI (2), 2001, p.341-361.

PIERANTONI, C. Recursos Humanos e Gerência no SUS. In: NEGRI, Barjas; VIANA, Ana Luiza (Orgs.). **O Sistema Único de Saúde em dez anos de desafio**. São Paulo: Sobravime, p. 609-630, 2002.

Disciplina 05	Gestão Logística em Saúde

I – Ementa

- Cadeia de suprimentos – Conceitos;
- Logística x Cadeia de Suprimento;
- Modelos de Previsão de Demanda;
- Aquisição - Sistemática de Compras e Escolha de Fornecedores em unidades de saúde;

UNIRIO Fls. 47 SCP

- Gestão da Cadeia de Suprimentos;
- Tipos de Redes de Suprimento;
- Níveis de Serviços;
- Armazenagem;
- Manuseio e Acondicionamento de Produtos;
- Localização.

II – Bibliografia

AGAPITO, Naraiana. **Gerenciamento de Estoques em Farmácia Hospitalar**. Grupo de Estudos Logísticos da Universidade Federal de Santa Catarina – GESLOG. 2005.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**: Planejamento, Organização e Logística Empresarial. 4ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2001;

BARBIERI, José Carlos; MACHLINE, Claude. **Logística Hospitalar**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CARVALHO, Francisco Edinaldo Lira de; PIGNOLATI, Gisele Medeiros; CAMPOS, Antônio Jorge Cunha. A Aplicação das metodologias ABC e XYZ na gestão logística de sistemas de saúde. In: **Revista Gestão da Produção:** uma visão sobre as organizações da Amazônia, p. 137-151. Manaus: ABREPO, 2006.

CUNHA, Fernando Lopes de Souza da. A aplicação da aliança logística: estudo de caso em hospitais da Universidade Federal do Ceará. In: **Revista Ciência e Administração**, v.9, n.2, p. 132-151, dez. 2003. Fortaleza, 2003.

UNIRIO Fls. 58 SCP

INFANTE, Maria; SANTOS, Maria Angélica Borges dos. A organização do abastecimento do hospital público a partir da cadeia produtiva: uma abordagem logística para a área de saúde. In: **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, julho-agosto, v.12, n.4, p.945-954. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2007.

LEITE, Paulo Roberto. **Logística Reversa**: nova área da logística empresarial. Revista Tecnologística, Junho, 2002. São Paulo: 2002.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de materiais e recursos patrimoniais.** São Paulo: Saraiva, 2001.

NOVAES, Mario Lucio de Oliveira; GONÇALVES, Antonio Augusto; SIMONETTI, Vera Maria Medina. Gestão das farmácias hospitalares através da padronização de medicamentos e utilização da curva ABC. In: **XIII SIMPEP**. Bauru, 2006.

PEREIRA, Moacir. **Logística Hospitalar**: Reposição continua de medicamentos na farmácia. São Paulo: Editora Moinho Editorial, 2008.

SANTOS, Gustavo A. A. dos. **Gestão de farmácia hospitalar**. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

SIMONETTI, Vera Maria Medina; NOVAES, Mario Lucio de Oliveira; GONÇALVES, Antônio Augusto. Seleção de Medicamentos, classificação ABC e redução do nível de estoques na farmácia hospitalar. In: **XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Foz do Iguaçu: ENGEP, 2007.

SUS						Enfermagem em Saúde Pública		
Gestão da Vigilância à Saúde	30h			Elenice Machado da Cunha	Doutora	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio	FIOCRUZ	
Organização e Funcionamento do Sus	60h			Luiz azar	Mestre	Departamento de Saúde Comunitária	UNIRIO	
Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde	60h			Fatima Scarparo	Doutora	Departamento de Enfermagem em Saúde Pública	UNIRIO	
Gestão Logística em Saúde	30h			Liliana Angel	Doutora	Departamento de Enfermagem em Saúde Pública	UNIRIO	
COMENTÁRIOS								

Anexo I

24.3. Cronograma de disciplinas oferecidas e corpo docente responsável:

DISCIPLINA	N.º de Horas	Inicio Dia/Mês/ Ano	Término Dia/Mês/An o	Nome do Professor	Título	Departamento Escola / Centro a que esta vinculado	IES a que está vinculado	
Estado, Governo e mercado	30h			César Sabino	Doutor	Ciência Política - CCJP	UNIRIO	
O Público e o Privado na Gestão Pública	30h			José Carlos Buzanello	Doutor	Estratégia de Gestão CCJP	UNIRIO	
Desenvolvimento e mudanças no Estado brasileiro	30h			Débora Lacs Sichel	Mestre	Direito Positivo CCJP	UNIRIO	
Políticas Públicas	30h			César Sabino	Doutor	PGD-UERJ	UERJ	
Planejamento Estratégico Governamental	30h			Rogério Sobreira Bezerra	Doutor	Estratégia de Gestão CCJP	UNIRIO	
O Estado e os Problemas Contemporâneos	30h			Verônica Azevedo Wander Bastos	Mestre	Direito Positivo CCJP	UNIRIO	
Elaboração de Indicadores	30h			Antonio Andrade	Doutor	Estratégia de Gestão CCJP	UNIRIO	
Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do	30h			Liliana Angel	Doutora	Departamento de	UNIRIO	

Anexo I

UNIRIO Fls. 31 SCP

4.4. Metodologia de ensino

A Estrutura Curricular deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que deve ser orientado numa perspectiva crítica onde ação-reflexão-ação se coloquem como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum, três conceitos são escolhidos para servir não só de elo entre as diferentes áreas e os diferentes núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor para base metodológica do curso, a saber:

a) Historicidade é vista como característica das ciências. Através desse conceito espera-se que o estudante perceba que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto histórico/social/cultural/ e, por isso mesmo, sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num *continuum* em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas;

b) Construção é outro conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o estudante reforce sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e que ele, estudante deve se imbuir do firme propósito de transformar-se num profissional que não só aplica conhecimentos, mas também que produz conhecimentos;

UNIRIO Fls 32 SCP

c) Diversidade é importante que o estudante compreenda como as diferentes abordagens determinam posicionamentos político na ação administrativa.

4.5. Avaliação de desempenho do aluno no curso

(x) Prova
(x) Seminário
(x) Trabalhos finais de disciplinas
(x) Trabalho de Conclusão de Curso

4.6. Anexos
1)Ata do Departamento (aprovando o curso e a participação dos docentes envolvidos) e ou da Escola
2) Ata do Conselho de Centro

II - Sobre o Processo Seletivo:
5. Seleção:

5.1) Inscrição para seleção:

Preenchimento de formulário de inscrição para processo seletivo do curso de Pós-Graduação de interesse do candidato (conforme modelo anexo).

5.2) Processo de seleção:

Período: Julho de 2010

Forma adotada: ( ) Provas
(x) Entrevista
(x) Análise do " curriculum vitae"
( ) Outras : _____ (especificar)

Anexo I

UNIRIO
Fls. 33
SCP

5.3) Comissão de seleção:

A seleção de candidatos aos Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão de Organização Pública de Saúde será feita pela Comissão Examinadora designada pelo Colegiado de Curso.

fl. 106

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

RESOLUÇÃO Nº 3.498, DE 17 DE AGOSTO DE 2010

Dispõe sobre a criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* – Especialização em Gestão de Organização Pública de Saúde – modalidade a distância.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em sessão realizada no dia 17 de agosto de 2010, de acordo com o teor do processo nº 23102.001.237/2010-45, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1° – Fica aprovada a criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* – Especialização em Gestão de Organização Pública de Saúde – modalidade a distância, bem como do seu Regulamento que a esta acompanha, da Escola de Administração, do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP, desta Universidade.

Art. 2° – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Boletim Interno da UNIRIO.

Malvina Tania Tuttman
Reitora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Coordenação de Educação a distância – CEAD

INFORMAÇÃO CEAD Nº 002/2014

07 de abril de 2014

A PROPG

Venho por meio desta informar algumas mudanças que se fizeram necessárias de acordo com novas diretrizes da CAPES no projeto pedagógico do Curso de Especialização em Gestão de Organização Pública em Saúde:

1- Foram introduzidas no projeto pedagógico três novas disciplina: Introdução a Educação a distância com carga horária de 30 horas, Metodologia da Pesquisa com carga horária de 30 horas e Monografia com carga horária de 30 horas. Estas inclusões aumentaram a carga horária total do curso de 420 horas para 510 horas.

Em relação ao regulamento do Curso estamos apresentando um novo Regulamento levando em consideração as mudanças ocorridas no projeto pedagógico, bem como, adequação ao Regimento da Pós-Graduação da UNIRIO.

Em anexo: Projeto Pedagógico, Regulamento e Ata de Aprovação do curso.

Atenciosamente,

Profª Giane Moliari Amaral Serra
Coordenadora de Educação a Distância / UNIRIO

Regulamento do Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, em nível de especialização em Gestão de Organização Pública em Saúde na modalidade a distância

TÍTULO I

DA NATUREZA, FINALIDADES E OBJETIVOS DO CURSO

Art. 1º - O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão de Organização Pública em Saúde, na modalidade a distância, oferecido pelo Departamento de Estratégia de Gestão do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (CCJP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil – UAB, tem por finalidade promover a melhoria dos serviços da Administração Pública.

§1º- O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão de Organização Pública em Saúde tem como objetivo geral:

a. capacitar recursos humanos, teórica e tecnicamente, para atuarem no exercício de atividades gerenciais da Administração Pública.

§2º- O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão de Organização Pública em Saúde tem por objetivos específicos:

a. capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
b. capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
c. contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal;
d. contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

TÍTULO II

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 2º - O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão de Organização Pública em Saúde está estruturado de acordo com a legislação vigente, obedecendo às normas do Conselho Nacional de Educação e aos atos acadêmicos da UNIRIO, que dispõe sobre normas para a criação e funcionamento de Curso, programas, disciplinas e atividades ofertadas na modalidade de educação a distância.

fl.123

TÍTULO III

DA COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO CURSO

CAPÍTULO I

DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 3º - A coordenação didática será exercida pelo Colegiado do Curso, responsável pela execução das disciplinas e demais componentes curriculares do curso, formado pelo conjunto de professores integrantes de seu corpo docente e de um coordenador responsável com titulação mínima de mestre, pertencente ao quadro docente ativo da UNIRIO.

Art. 4º - Compete ao Colegiado de Departamento ou Escola

I. manifestar-se a respeito do projeto pedagógico e propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) a criação, a transformação, a exclusão e/ou a extinção de disciplinas;
II. decidir sobre questões referentes à matrícula e recurso que lhe forem dirigidos, atendidas as peculiaridades do curso;
III. aprovar, mediante análise de curriculum vitae, os docentes que ministrarão disciplinas e orientarão os trabalhos de conclusão de curso;
IV. acompanhar e avaliar o desenvolvimento do curso.

Art. 5º - Compete ao Coordenador do Curso Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão de Organização Pública em Saúde:

I. convocar e coordenar as reuniões;

II. Coordenar a execução do curso de acordo com as deliberações do Colegiado de Curso;

III. coordenar a orientação da matrícula e da inscrição por disciplina;

IV. supervisionar os trabalhos da secretaria relativos ao registro e ao controle acadêmico;

V. empreender gestões nos diferentes órgãos da UNIRIO, visando ao bom funcionamento do Curso;

VI.elaborar o cronograma das atividades didáticas e encaminhá-lo para a aprovação no Colegiado de Curso;

VII. apresentar anualmente à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPG), por meio da Coordenação de Educação a distância (CEAD), os relatórios e as informações sobre as atividades do curso;

VIII. enviar à PROPG, por meio da CEAD, no prazo indicado, o calendário escolar do curso;

IX. participar na elaboração do Catálogo Geral do Curso de Pós-Graduação lato sensu da UNIRIO;

X. cumprir e/ou fazer cumprir as determinações da Administração Superior e de seus Conselhos em zelar pelo cumprimento das disposições pertinentes no Estatuto, no Regimento Geral e neste regulamento.

XI. deliberar sobre recurso ou representação de discentes;

XII. credenciar os orientadores de trabalhos de conclusão de curso;

XIII. solicitar ao departamento de Estratégia de Gestão o credenciamento de docentes que não são professores da UNIRIO, para coordenar disciplinas ou orientar trabalho de conclusão de curso;

XIV. indicar a Comissão Examinadora para seleção de candidatos ao Curso;

XV. indicar Comissão de Avaliação para apreciar os trabalhos de conclusão de curso após finalização de todos os créditos previstos na matriz curricular do curso;

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DO CURSO

CAPÍTULO I

DO REGIME DIDÁTICO E DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 6 - O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão de Organização Pública em Saúde será oferecido em polos, localizados em municípios, de acordo com os convênios e as parcerias estabelecidas com a UNIRIO.

Art. 7 - O Curso de Pós-Graduação l*ato sensu* em Gestão de Organização Pública em Saúde apresenta estrutura curricular composta por 08 (oito) disciplinas básicas e 07 (sete) disciplinas específicas, totalizando 510 (quinhentos e dez) horas, discriminadas detalhadamente no Projeto Pedagógico do Curso.

§1° Todas as disciplinas básicas e específicas são de caráter obrigatório.

§2° As disciplinas básicas e específicas serão ministradas obedecendo à distribuição de sua carga horária perfazendo um total de 10% (dez por cento) de atividades presenciais, 50% (cinquenta por cento) de estudo autônomo e 40% (quarenta por cento) de atividades com tutoria.

§3 ° As médias finais de todas as disciplinas, à exceção do trabalho de conclusão de curso, serão compostas da seguinte forma: 60% (sessenta por cento) da nota será de atividades presenciais realizadas no polo e 40% (quarenta por cento) em atividades a distância entregues via plataforma ou executadas na plataforma. Será aplicada a fórmula a seguir:

Média Final= 6 x N(AP) + 4x N(AD)/10, onde: N(AP) é a nota em atividades presenciais e N(AD) é a nota em atividades a distância.

§ 4° – A avaliação do desempenho acadêmico do aluno será de responsabilidade do docente coordenador da disciplina.

§ 5º – A média final em cada disciplina será expresso em notas de 0 a 10 (zero a dez), com uma casa decimal, de acordo com a seguinte escala:

de 10.0 a 7.0 = Aprovado

de 6.9 a 5.0 = Avaliação Extraordinária

de 4.9 a 0.0 = Reprovado

§ 6º - Para a aprovação em qualquer disciplina e atribuição dos créditos respectivos são requeridos dos alunos:

a. obtenção de nota igual ou superior a 7.0 (sete);

b. frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades presenciais.

Art. 8 - O discente que obtiver nota entre 5,0 (cinco) e 6,9 (seis vírgula nove) na média final de qualquer disciplina terá direito a uma única avaliação extraordinária.

§ 1º - A avaliação extraordinária deverá ser realizada no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da data de divulgação da média final da disciplina em que o aluno obteve nota menor que 7.0 (sete), ou para aquele aluno que não obteve a frequência mínima na disciplina.

§ 2º - A nota da avaliação extraordinária substituirá a nota da avaliação presencial conforme os critérios do artigo 12, parágrafo 3, aplicados na seguinte fórmula:

→ não aplicável

Média Final= 6 x N(AE) + 4x N(AD)/10, onde: N(AE) é a nota em avaliação extraordinária e N(AD) é a nota em atividades a distância.

Art. 9 - O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão de Organização Pública em Saúde é mantido com verbas provenientes da DED/CAPES/FNDE via Sistema da UAB, estando portanto, submetido a prazos estabelecidos por esses órgãos de financiamento.

§1º-Considerando o *caput* deste artigo e as especificidades de oferta do curso nessas condições, o aluno deverá observar e atender, obrigatoriamente, os seguintes itens:

a.cursar as disciplinas durante a oferta regular do curso, de acordo com o cronograma estabelecido pela Coordenação do Curso;

b.estar ciente de que não haverá oferta isolada de disciplina ao longo do curso;

c.estar ciente de que não haverá trancamento de matrícula ou de disciplina;

d.estar ciente de que não haverá dependência;

e. ser aprovado em todas as disciplinas básicas e específicas para estar apto a apresentar o trabalho de conclusão de curso;

f. atender aos cronogramas de cada disciplina.

Art. 10 - A Coordenação do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* poderá autorizar o aproveitamento de estudos feitos pelo aluno em outros Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* em instituição credenciada pelo Ministério da Educação, de acordo com o Regulamento de cada curso de pós-graduação *lato sensu*, que deverá, obrigatoriamente, atender as seguintes exigências:
I. Abranger matéria integrante do currículo do curso;
II. Não ultrapassar, em conjunto, a 1/3 (um terço) do total dos créditos ou da carga horária do curso correspondente.
§ 1o – O aproveitamento de estudos – P – será atribuído ao aluno que tenha cursado a disciplina em outra instituição ou Curso, cujo aproveitamento tenha sido aprovado de acordo com o Regulamento de cada Curso.
§ 2o – O aproveitamento de disciplina após 3 (três) anos de sua obtenção ficará condicionado à aprovação em exame de suficiência sob a responsabilidade de um professor da área ou de área afim, integrante do Curso de Pós-Graduação *lato sensu,* indicado pelo colegiado do curso.

Art. 11 - Para efeito de medida do trabalho acadêmico, a unidade básica é o crédito.

§1°- 01 (um) crédito corresponde a 15 (quinze) horas de trabalho acadêmico efetivo.

Art.12- As atividades presenciais serão desenvolvidos na UNIRIO, nos polos nos quais o aluno se inscreveu ou em outras instalações, de acordo com as necessidades das disciplinas.

§ 1° – Atendendo ao disposto no § 1° do Art. 1° do Decreto 5.622/2005, os alunos do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão de Organização Pública em Saúde na modalidade a distância serão submetidos obrigatoriamente a momentos presenciais para:

I. avaliações;

II.apresentação individual e pública do trabalho de conclusão de curso.

CAPÍTULO II

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 13 - O aluno aprovado em todas as disciplinas deverá apresentar seu trabalho de conclusão de curso, impreterivelmente, no prazo estabelecido pela coordenação e tornado público em cronograma distribuído no início da disciplina TCC.

Art. 14 - O trabalho de conclusão de curso deverá estar de acordo com as normas vigentes na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 15 - Para avaliar o trabalho de conclusão de curso, o coordenador do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão de Organização Pública em Saúde formalizará as Comissões de Avaliação.

§1° - As Comissões de Avaliação do trabalho de conclusão de curso serão compostas por 02 (dois) professores de reconhecida competência na área temática do curso, sendo um deles o orientador.

§2° - A apresentação dos trabalhos de conclusão de curso será realizada na UNIRIO ou em outro local estabelecido pela Coordenação do Curso.

Art. 16 - O aluno apresentará o trabalho de conclusão de curso logo após o cumprimento, com aprovação, de todos os créditos das disciplinas básicas e das específicas.

§1° - O aluno deverá cumprir, a data estipulada para a entrega do trabalho de conclusão de curso.

§2° - Ao infringir o prazo de entrega do trabalho de conclusão de curso o aluno perderá o direito ao certificado de Especialista em Gestão de Organização Pública em Saúde.

§3° - O aluno entregará dois CD-ROM com seu trabalho de conclusão de curso para o Coordenador da disciplina de TCC que os encaminhará à Comissão de Avaliação.

Art. 17 - Uma vez que seu trabalho de conclusão de curso tenha sido aprovado, o aluno, após proceder a eventuais modificações sugeridas pelos professores, caso haja, no prazo estipulado pela Banca Examinadora, deverá providenciar em CD-ROM a versão final de seu trabalho, entregando-o pelo correio ou pessoalmente na UNIRIO à Coordenação do Curso.

CAPÍTULO III

DA CONCESSÃO DO GRAU DE ESPECIALISTA E DA EXPEDIÇÃO DO CERTIFICADO

Art. 18 - Para obter o grau de Especialista em Gestão de Organização Pública em Saúde, o aluno deverá satisfazer às seguintes exigências:

a. obter aprovação em cada disciplina com, no mínimo, a nota 7,0 (sete);

b. obter frequência mínima de 75 % (setenta e cinco por cento) da carga horária de atividades presenciais previstas para cada disciplina;

c. obter aprovação da Comissão de Avaliação para seu trabalho de conclusão de curso.

Art. 19 – O Certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* será concedido ao aluno que, além de satisfazer todos os requisitos dispostos no Art. 16, tiver obtido nota igual ou superior a 7,0 (sete) no trabalho de conclusão de curso.

Art. 20 - O aluno que não obtiver nota suficiente em uma ou mais disciplinas, porém tiver obtido média suficiente nas demais disciplinas totalizando 180 horas em créditos, e o aluno que não entregar no prazo o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) ou não obtiver média suficiente neste trabalho final , poderá fazer juz ao Certificado de Aperfeiçoamento expedido pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC).

TÍTULO V
DO CORPO DOCENTE

CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO

Art. 21 - Os docentes responsáveis pelas disciplinas do curso ~~poderão~~ ser do quadro da UNIRIO ou outras Instituições, sempre com percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) de mestres e doutores.

Parágrafo Único – Poderão ser convidados professores sem título de mestre, mas com reconhecida capacidade, com o objetivo de intercâmbio de experiências e informações, visando à constante valorização do Curso.

CAPÍTULO II
DA SELEÇÃO

Art. 22 - Na composição do corpo docente terão preferência os professores da UNIRIO, portadores de títulos de Doutor, Livre Docente, Mestre ou Especialista, respeitadas as áreas de conhecimento.

Parágrafo Único – Poderão ser propostos pelo Colegiado do Departamento do Curso envolvido, professores portadores do título de Doutor, Livre Docente, Mestre ou Especialista, não pertencentes ao Quadro de Pessoal da UNIRIO para responsáveis por disciplinas específicas.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 23 - São atribuições dos membros do corpo docente:

a-participar das atividades de planejamento e controle de execução curricular e das deliberações das suas respectivas disciplinas.

b-Orientar os professores-tutores;

c-orientar os estudos dos alunos do curso;

d-coordenar reuniões de trabalho com os professores-tutores, segundo o cronograma da disciplina ou sempre que necessário;

e-comparecer e participar das reuniões do Curso;

f-participar das capacitações;

g-entregar nos prazos as avaliações presenciais, exames finais ou outras atividades que serão realizadas nos polos;

h-acompanhar, preencher, supervisionar e entregar nos prazos estabelecidos, as planilhas de notas e inseri-las no SIE.

i-manter anotações pedagógicas sobre o desempenho dos discentes;
j-entregar e disponibilizar relatórios de desempenho discente quando solicitado;
k- acompanhar os procedimentos para a aplicação de avaliações presenciais e orientar ações quando necessário;

l-cumprir o presente regulamento.

TÍTULO VI
DO CORPO DISCENTE

CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO

Art. 24 - O Corpo discente do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* será constituído por alunos regularmente matriculados em disciplinas ou em elaboração de trabalho de conclusão de curso.

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 25 - São direitos do corpo discente:

a. contar com a oferta de disciplinas em número e qualidade que viabilizem as diversas etapas do curso;
b. receber ao longo do curso orientação condizente com o rumo de seus estudos e com a natureza das suas necessidades.

Art. 26 - São deveres do corpo discente:

a. participar de todas as atividades determinadas pelos professores das disciplinas e demais componentes curriculares previstas no Projeto Pedagógico do Curso, cumprindo os requisitos correspondentes dentro dos prazos estabelecidos nos cronogramas de cada disciplina ou demais componentes curriculares;
b. ter frequência de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do total de atividades presenciais nas disciplinas e demais componentes curriculares;
c. No caso de licença gestante/ maternidade será observado o disposto em lei;
d. cumprir o presente regulamento, o regimento do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas e o Regimento Geral da Unirio, assim como todos os atos acadêmicos referentes aos cursos lato sensu da respectiva Universidade.

fl. 13

TÍTULO VII
DOS RECURSO FINANCEIROS

Art. 27 - Os recursos financeiros serão provenientes de contrapartida da UNIRIO e do DED/CAPES/FNDE via Sistema da UAB, do qual o curso faz parte.

TÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28 - Este regulamento poderá ser modificado a cada 02 (dois) anos ou sempre que o Colegiado do Departamento de Estratégias de Gestão assim o decidir.

Art. 29 - Este regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da UNIRIO.

Art. 30 - Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos em primeira instância pela Coordenação do Curso, cabendo recurso ao Colegiado do Departamento de Estratégias de Gestão, ao Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, à Câmara de Pós-Graduação e ao CONSEPE em ordem crescente de hierarquia deliberativa na organização acadêmico-administrativa da UNIRIO.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2014.